

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A E-Redes, empresa do grupo EDP, está a instalar um poste de alta tensão perto do açude da Espinheira, em Tougues, Vila do Conde. O poste é um dos apoios metálicos da linha de 60 kV que liga Famalicão a Vila do Conde e está a ser montado na margem esquerda do rio Ave, em zona de Reserva Ecológica Nacional (REN) e em domínio hídrico.

Além de interferir com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, o projeto ameaça importantes valores ambientais e paisagísticos para a população local que usufrui daquele troço do rio Ave e da respetiva zona envolvente. Neste sentido, o governo deve exigir à E-Redes a alteração do traçado da linha de alta tensão por forma a evitar impactes negativos naquele local.

A Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) licenciou a linha de alta tensão após ter consultado a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) a respeito do atravessamento da linha da zona REN.

Segundo o Jornal de Notícias (JN), a CCDR-N deu parecer favorável ao projeto em fevereiro de 2019, considerando que a linha de alta tensão não colidia com o disposto no regime jurídico da REN. No entanto, de acordo com o JN, a CCDR-N informou também a DGEG sobre a obrigatoriedade da consulta da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a respeito da interferência do projeto com o domínio hídrico.

Apesar do alerta da CCDR-N, a APA não terá emitido qualquer parecer sobre o projeto, apesar de a DGEG ter já avançado com o licenciamento da linha de alta tensão.

Dada a discrepância do entendimento que as diferentes entidades competentes têm sobre as pronúncias necessárias para a emissão de licença, importa esclarecer se o projeto cumpre todos os requisitos legais aplicáveis. Além disso, caso se confirme a necessidade de pronúncia da APA, importa perceber os motivos que levaram a DGEG a avançar com licenciamento do projeto sem ter obtido parecer favorável da APA.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Considera o governo que o projeto da linha de alta tensão que liga Famalicão a Vila do Conde cumpre todos os requisitos legais aplicáveis?
 - 1.1 Se sim, por que motivo licenciou a DGEG a linha de alta tensão sem obter parecer favorável da APA sobre a interferência do projeto com o domínio hídrico?
2. Vai o governo suspender a licença atribuída pela DGEG ao projeto até que a APA se pronuncie?
3. Vai o governo exigir à E-Redes a alteração do traçado da linha de alta tensão para que esta não interfira com os importantes valores ambientais e paisagísticos daquele troço do rio Ave e respetiva zona envolvente?

Palácio de São Bento, 2 de setembro de 2021

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

LUÍS MONTEIRO(BE)